



NOVOS DIAGNÓSTICOS DO ENFRENTAMENTO DA CORRUPÇÃO



SUMÁRIO

1) METODOLOGIA.....	3
2) CORRUPÇÃO E LAVAGEM DE DINHEIRO.....	4
2.1. Justiça Federal.....	4
2.2. Justiça Estadual.....	6
3) IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	10
3) CORRUPÇÃO, LAVAGEM DE DINHEIRO E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DO STF E STJ	20
4) AÇÕES PENAIS DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DOS TRIBUNAIS.....	21

1) METODOLOGIA

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) solicitou aos Tribunais de Justiça Estaduais e Tribunais Regionais Federais, por intermédio do Ofício-Circular nº 56/GP/2012 em 2 de março de 2012, o fornecimento de dados estatísticos relativos aos processos sobre crimes de lavagem de dinheiro, bens e valores, corrupção e improbidade administrativa, bem assim quanto às ações penais de competência originária desses em trâmite no ano de 2011.

A coleta de tais informações teve as seguintes finalidades:

- a) Subsidiar o Estado brasileiro no processo de avaliação da implantação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção – UNCAC;
- b) Ampliar o conhecimento do CNJ sobre a tramitação das ações penais de competência originária dos Tribunais;
- c) Dar cumprimento à Ação 1/2001 da Estratégia Nacional contra a Corrupção e a Lavagem de Dinheiro – ENCCLA, da qual o CNJ é o Coordenador, que consiste em “implementar mecanismos de levantamento de dados e estatísticas nos órgãos relacionados ao combate à corrupção, à improbidade administrativa e à lavagem de dinheiro, inclusive de recuperação de ativos existentes, com vista a futura interação”;
- d) Subsidiar o Estado brasileiro no processo de resposta ao Grupo de Ação Financeira Internacional – GAFI, que avaliou de forma desfavorável as ações brasileiras para o combate à lavagem de dinheiro, especialmente em decorrência da falta de estatísticas processuais.

Os tribunais consolidaram os dados das respectivas varas e encaminharam planilha com os totais ao CNJ. Importa considerar que, da análise dos dados dos tribunais, inferiu-se que as informações podem estar incompletas, considerando as diferenças de montantes entre tribunais de mesmo porte e, ainda, tendo em vista que não há informação disponível sobre a representatividade dos números das varas frente ao universo dos procedimentos existentes em cada Tribunal. Alguns tribunais não implantaram totalmente a tabela de assuntos do CNJ, dificultando ainda mais a coleta dessas informações. De toda sorte, esses são os dados disponíveis.




2) CORRUPÇÃO E LAVAGEM DE DINHEIRO

2.1. Justiça Federal

A tabela 1 a seguir apresenta o total de denúncias recebidas, julgamentos sem e com trânsito em julgado e procedimentos judiciais em tramitação para apuração das práticas de corrupção ou lavagem de dinheiro no ano de 2011.

Observa-se que os Tribunais Regionais Federais da 1ª e 4ª regiões informaram não possuir denúncias recebidas nem procedimentos judiciais em tramitação ao final de 2011, enquanto que os demais tribunais da Justiça Federal apresentaram quantitativo de julgamentos muito inferior ao número de denúncias recebidas no período. Esse fato acarretou em um número elevado de procedimentos judiciais em tramitação ao final de 2011, ou seja, o estoque de processos com a finalidade de apurar as práticas de corrupção ou lavagem de dinheiro tende a aumentar cada vez mais, pois o total de processos julgados foi inferior às denúncias recebidas.

Tabela 1 – Denúncias recebidas, julgamentos definitivos em processos judiciais e procedimentos judiciais em tramitação no ano de 2011 por tribunal.

    	Denúncias recebidas no ano de 2011	Julgamentos em processos judiciais no ano de 2011	Julgamentos definitivos em processos judiciais no ano de 2011	Procedimentos judiciais em tramitação em 31/12/2011
TRF1	0	0	0	0
TRF2	26	7	0	295
TRF3	83	43	18	425
TRF4	0	0	4	0
TRF5	120	3	8	417
Justiça Federal	229	53	30	1.137

Fonte: CNJ.

Tabela 2 – Procedimentos cautelares em tramitação, réus condenados definitivamente e extinção de punibilidade por prescrição em práticas de corrupção ou lavagem de dinheiro.

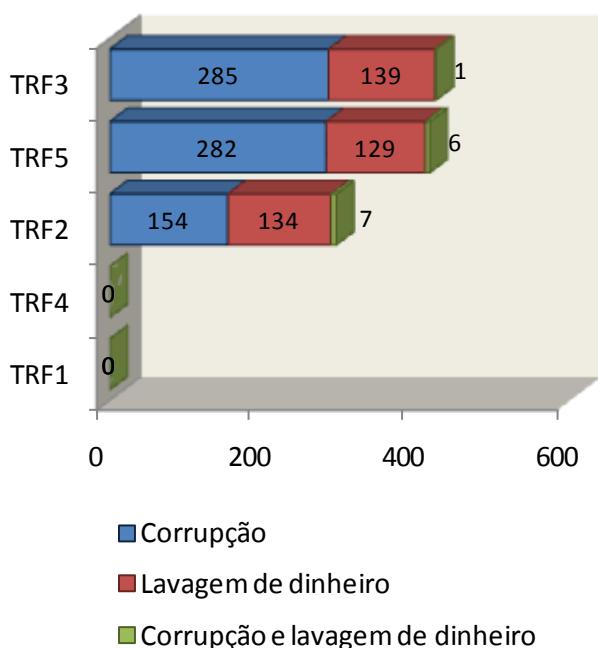
Justiça / Tribunal	Procedimentos cautelares em tramitação com vistas a assegurar a persecução de ou o reparo pela prática	Réus condenados definitivamente	Reconhecimento definitivo de extinção de punibilidade por prescrição em instância originária
TRF1	9	nd	0
TRF2	136	nd	0
TRF3	110	9	3
TRF4	0	nd	nd
TRF5	57	5	nd
Justiça Federal	312	14	3

Fonte: CNJ.

(*) nd – não disponível.

Os Tribunais Regionais Federais da 3ª e 5ª regiões apresentaram os maiores quantitativos de procedimentos judiciais referentes às práticas de corrupção ou lavagem de dinheiro ao final do ano de 2011, conforme gráfico 1, abaixo, sendo a maior parte referente aos processos de corrupção.

Gráfico 1 - Total de procedimentos judiciais em tramitação para apuração da prática de corrupção ou lavagem de dinheiro por Tribunal.








2.2. Justiça Estadual

O Tribunal de Justiça da Paraíba foi o único a não encaminhar planilha com os dados solicitados pelo CNJ. Apesar de São Paulo constar como um tribunal de grande porte, ele informou apenas um processo em tramitação referente às práticas de corrupção ou lavagem de dinheiro ao final do ano de 2011. Esses dados foram encaminhados ao CNJ no dia 27 de abril de 2012, sendo informado que os dados referiam-se somente ao 2º grau, pois, por problemas no sistema de extração de dados, não foi possível obtê-los referentes à 1ª Instância.

Observa-se que os Tribunais de Justiça, em geral, apresentaram quantitativo de julgamentos inferior ao número de denúncias recebidas no período. Esse fato acarretou em um número elevado de procedimentos judiciais em tramitação ao final de 2011, ou seja, o estoque de processos com a finalidade de apurar as práticas de corrupção ou lavagem de dinheiro tende a aumentar cada vez mais, pois o total de processos julgados foi inferior às denúncias recebidas.

Tabela 3 – Denúncias recebidas, julgamentos definitivos em processos judiciais e procedimentos judiciais em tramitação no ano de 2011 por tribunal.

 Justiça / Tribunal	 Denúncias recebidas no ano de 2011	 Julgamentos em processos judiciais no ano de 2011	 Julgamentos definitivos em processos judiciais no ano de 2011	 Procedimentos judiciais em tramitação em 31/12/2011
TJAC	6	4	1	22
TJAL	14	0	0	42
TJAM	30	6	8	53
TJAP	10	6	0	80
TJBA	21	10	1	58
TJCE	39	6	3	458
TJDFT ¹	6	0	0	1
TJES	21	19	12	62
TJGO	276	276	170	1.644
TJMA	0	1	0	63
TJMG	160	21	17	366
TJMS	48	2	14	102
TJMT	280	24	16	540
TJPA	20	2	0	54
TJPB	nd	nd	nd	nd
TJPE	49	5	0	187
TJPI ²	0	0	0	0
TJPR	0	96	119	543
TJRJ	278	31	14	709
TJRN	14	1	0	42
TJRO	33	12	14	64
TJRR	0	0	0	4
TJRS	114	91	44	556
TJSC	56	14	13	179
TJSE	30	8	7	49
TJSP ³	nd	nd	nd	1
TJTO	7	1	0	18
Justiça Estadual	1.512	636	453	5.897

Fonte: CNJ.





(*) nd – não disponível.

(1) Arquivo encaminhado pelo TJDFR em 30 de março de 2012.

(2) Arquivo encaminhado pelo TJPI em 30 de abril de 2012.

(3) Arquivo encaminhado pelo TJSP em 27 de abril de 2012.

Tabela 4 – Procedimentos judiciais e cautelares em tramitação, julgamentos e réus condenados definitivamente, extinção de punibilidade por prescrição em práticas de corrupção ou lavagem de dinheiro no ano de 2011.

 Justiça / Tribunal	 Procedimentos cautelares em tramitação com vistas a assegurar a persecução de ou o reparo pela prática	 Réus condenados definitivamente	 Reconhecimento definitivo de extinção de punibilidade por prescrição em instância originária
TJAC	0	0	0
TJAL	1	nd	0
TJAM	0	2	4
TJAP	16	nd	0
TJBA	8	nd	4
TJCE	3	nd	nd
TJDFT ¹	0	nd	0
TJES	2	8	2
TJGO	nd	74	18
TJMA	3	nd	0
TJMG	33	nd	6
TJMS	0	nd	7
TJMT	12	7	nd
TJPA	2	1	0
TJPB	nd	nd	nd
TJPE	1	0	0
TJPI ²	0	0	0
TJPR	34	61	26
TJRJ	4	nd	6
TJRN	9	0	0
TJRO	3	7	0
TJRR	0	nd	0
TJRS	nd	nd	nd
TJSC	0	33	4
TJSE	0	nd	0
TJSP ³	nd	nd	nd
TJTO	0	0	0
Justiça Estadual	131	193	77

Fonte: CNJ.

(*) nd – não disponível.

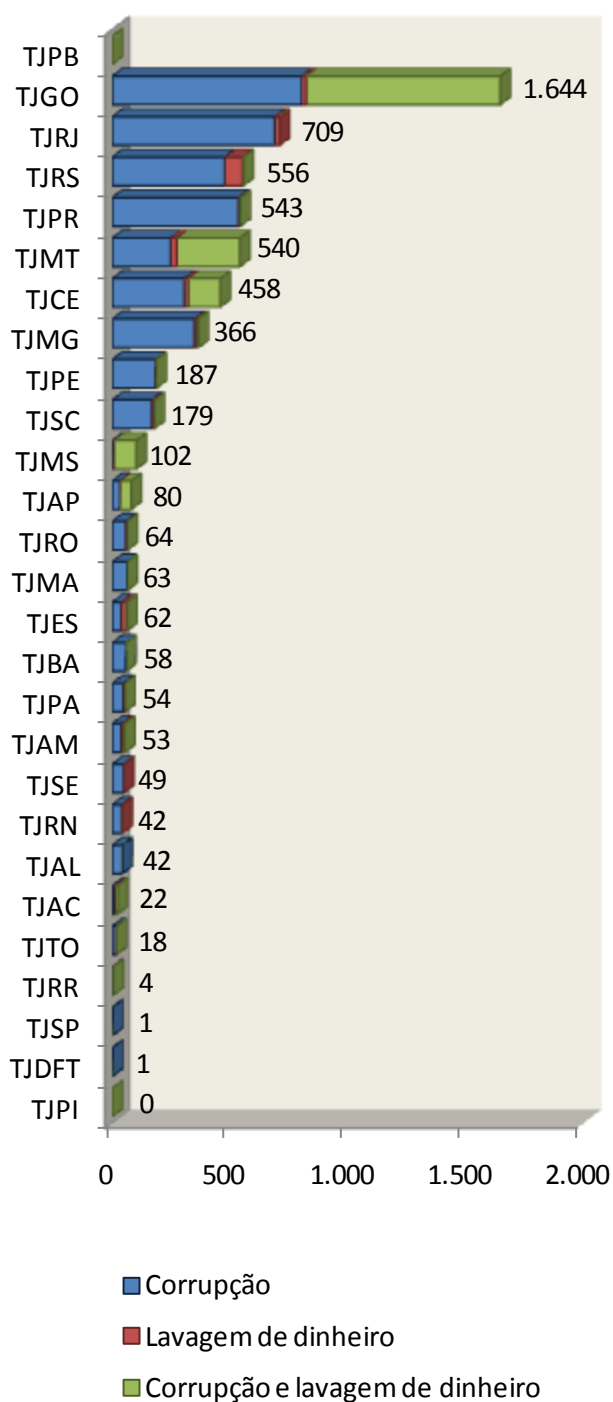
(1) Arquivo encaminhado pelo TJDFR em 30 de março de 2012.

(2) Arquivo encaminhado pelo TJPI em 30 de abril de 2012.

(3) Arquivo encaminhado pelo TJSP em 27 de abril de 2012.

Observa-se por intermédio do gráfico 2, abaixo, que, com exceção do TJDFT, o qual informou somente um processo em tramitação para apuração da prática de corrupção ou lavagem de dinheiro, os tribunais da região centro-oeste e os da região sul apresentaram quantitativos entre os dez maiores, sendo o Tribunal de Justiça de Goiás com o maior quantitativo de procedimentos judiciais em tramitação referentes às práticas de corrupção ou lavagem de dinheiro ao final do ano de 2011.

Gráfico 2 - Total de procedimentos judiciais em tramitação para apuração da prática de corrupção ou lavagem de dinheiro por Tribunal



3) IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA








Os processos para apuração da prática de improbidade administrativa comportam-se de maneira semelhante aos de corrupção e lavagem de dinheiro, pois, o total de procedimentos judiciais em tramitação ao final de 2011 foi muito superior aos recebidos e julgados, pois ingressaram mais procedimentos do que foram julgados no período.

Observa-se da tabela 5, abaixo, que, dentre os tribunais da Justiça Federal, apenas o Tribunal Regional Federal da 3ª região julgou definitivamente processo judicial no ano de 2011, tendo condenado quatro réus em quatro julgamentos no período.

Há grande dificuldade de contabilizar os trâmites dos procedimentos referentes às práticas de improbidade administrativa na Justiça Estadual tendo em vista a grande quantidade de dados não informados e a subestimação de alguns valores como, por exemplo, do Tribunal de Justiça de São Paulo, que informou somente um procedimento judicial em tramitação. Outras possíveis inconsistências foram observadas nos Tribunais de Justiça de Minas Gerais e Pará. O primeiro informou 2.608 procedimentos judiciais recebidos, 89 julgados e 2.391 em tramitação, enquanto que o segundo informou ter julgado 70% do total de processos julgados da Justiça Estadual.

Dentre os tribunais que informaram os quantitativos de julgamentos e réus condenados definitivamente, os Tribunais de Justiça do Maranhão, Rondônia e Tocantins apresentaram mais réus condenados do que julgamentos. O Tribunal de Justiça do Espírito Santo apresentou o maior número de julgamentos definitivos em processos judiciais, 116, sendo condenados definitivamente 33 réus.

Tabela 5 – Decisões de recebimento da ação, julgamentos definitivos em processos judiciais, procedimentos judiciais e cautelares em tramitação e réus condenados definitivamente no ano de 2011 por tribunal.

						
Justiça / Tribunal	Decisões de Recebimento da Ação	Julgamentos em processos judiciais no ano de 2011	Julgamentos definitivos em processos judiciais no ano de 2011	Procedimentos judiciais em tramitação em 31/12/2011	Procedimentos cautelares em tramitação com vistas a assegurar a persecução de ou o reparo pela prática	Réus condenados definitivamente
STJ	0	0	1	4	0	0
TRF1	1	3	0	5	8	nd
TRF2	109	30	0	724	27	nd
TRF3	64	40	4	380	89	4
TRF4	0	0	0	0	0	nd
TRF5	397	6	0	3.141	0	0
Justiça Federal	571	79	4	4.250	124	4
TJAC	14	0	0	14	1	0
TJAL	30	6	3	259	0	nd
TJAM	128	31	13	193	3	3
TJAP	102	25	0	440	0	nd
TJBA	164	17	0	1.422	30	nd
TJCE	nd	8	6	937	3	nd
TJDFT ¹	21	0	0	82	0	nd
TJES	247	122	116	552	14	33
TJGO	307	100	21	1.597	nd	0
TJMA	243	0	0	623	1	30
TJMG	2.608	89	9	2.391	31	nd
TJMS	72	10	12	96	0	nd
TJMT	224	31	9	1.063	7	2
TJPA	52	1.478	10	272	0	0
TJPB	nd	nd	nd	nd	nd	nd
TJPE	108	38	0	673	3	0
TJPI ²	65	18	7	149	12	1
TJPR	nd	nd	nd	nd	nd	nd
TJRJ	218	28	2	862	5	nd
TJRN	154			883	0	nd
TJRO	201	42	13	451	7	50
TJRR	567	5	0	11	0	nd
TJRS	nd	nd	nd	nd	nd	125
TJSC	46	20	15	168	1	9
TJSE	nd	26	10	126	0	nd
TJSP ³	1	3	nd	1	1	nd
TJTO	167	9	5	746	5	11
Justiça Estadual	5.739	2.106	251	14.011	124	264
Total geral	6.310	2.185	256	18.265	248	268

Fonte: CNJ.

(*) nd – informação não disponível.

(1) Arquivo encaminhado pelo TJDFR em 30 de março de 2012.

(2) Arquivo encaminhado pelo TJPI em 30 de abril de 2012.

(3) Arquivo encaminhado pelo TJSP em 27 de abril de 2012.

Os dados a seguir foram retirados do Cadastro Nacional de Condenados por ato de Improbidade Administrativa (CNCIA) do Conselho Nacional de Justiça. Esse sistema coleta as informações dos julgamentos em que houve a condenação do réu por ato de improbidade administrativa.

A tabela 6, abaixo, apresenta o número de condenações por crime de improbidade administrativa no ano de 2011 e o seu tempo médio de duração desde a data de propositura da ação.

O tempo médio de julgamento dos condenados em processos findos no ano de 2011 pela Justiça Federal foi de aproximadamente 4 anos e 11 meses, enquanto que na Justiça Estadual o processo leva, em média, 6 anos meio para ser julgado.

Apesar do Tribunal Regional Federal da 5ª Região apresentar o maior quantitativo de condenações da Justiça Federal no ano de 2011, o tempo médio de condenação foi o menor dessa justiça, com duração de aproximadamente 4 anos e 2 meses. O TRF da 4ª Região, entretanto, apresentou o maior tempo médio de tramitação dos processos findos dessa justiça, com aproximadamente 7 anos.

O Tribunal de Justiça da Bahia proferiu cinco condenações por crime de improbidade administrativa no ano de 2011, sendo o tempo médio da propositura da ação até o seu julgamento de mais 10 anos, atingindo o maior tempo de julgamento entre os tribunais, seguido por Roraima, Goiás e Pernambuco, todos com duração superior a 8 anos.

O Tribunal de Justiça do Ceará condenou um único réu no ano de 2011, sendo o menor tempo observado, 1 ano e 5 meses.

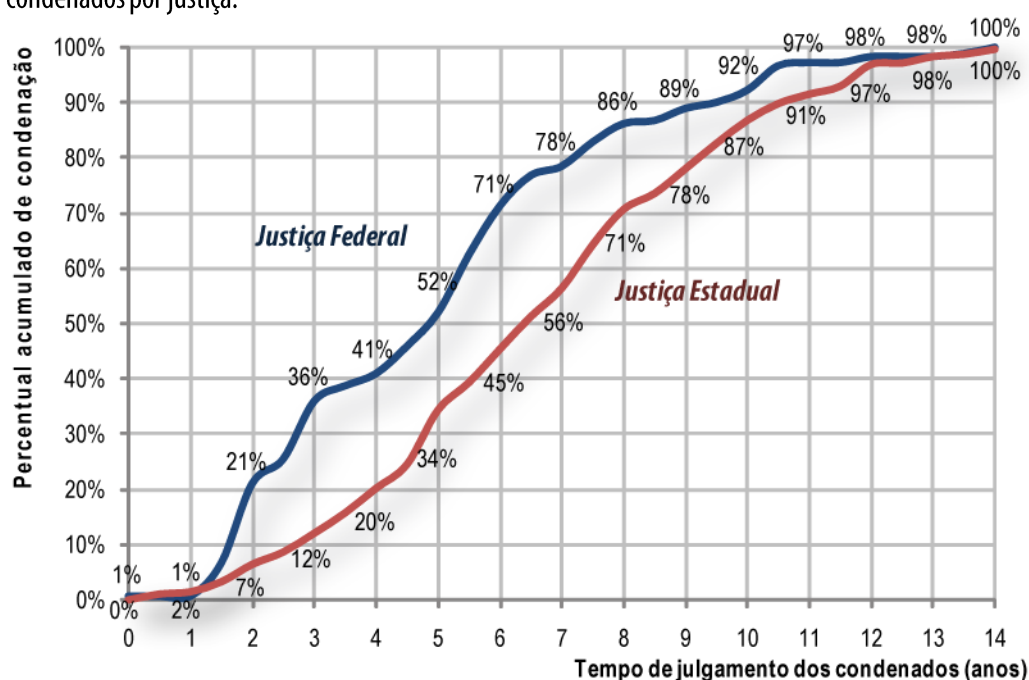
Tabela 6 – Número de condenações definitivas e o respectivo tempo médio de duração dos processos julgados com condenação no ano de 2011 dos crimes de improbidade administrativa por Tribunal.

Justiça / Tribunal	Tempo médio de julgamento	Número de Condenações
TRF1	4 anos e 10 meses	49
TRF2	6 anos e 6 meses	11
TRF3	4 anos e 7 meses	4
TRF4	7 anos	27
TRF5	4 anos e 2 meses	90
Justiça Federal	4 anos e 11 meses	181
TJAC	5 anos e 8 meses	5
TJAM	5 anos e 4 meses	1
TJAP	7 anos	2
TJBA	10 anos e 1 mês	5
TJCE	1 ano e 5 meses	1
TJDF	7 anos e 6 meses	5
TJES	5 anos e 10 meses	13
TJGO	8 anos e 7 meses	32
TJMA	5 anos e 2 meses	24
TJMG	6 anos e 4 meses	49
TJMS	5 anos e 1 mês	10
TJMT	6 anos e 3 meses	4
TJPA	6 anos e 3 meses	2
TJPB	3 anos e 11 meses	4
TJPE	8 anos e 2 meses	3
TJPR	7 anos e 8 meses	42
TJRJ	5 anos e 11 meses	20
TJRN	5 anos e 10 meses	25
TJRO	5 anos e 8 meses	50
TJRR	9 anos e 5 meses	1
TJRS	6 anos e 9 meses	57
TJSC	5 anos e 8 meses	45
TJSE	6 anos e 11 meses	15
TJSP	6 anos e 8 meses	341
TJTO	4 anos e 4 meses	8
Justiça Estadual	6 anos e 6 meses	764
Total geral	6 anos e 3 meses	945

Fonte: Cadastro Nacional de Condenados por ato de Improbidade Administrativa – CNCIA / CNJ.

O percentual cumulativo de condenações em relação ao tempo médio de julgamento dos processos de improbidade administrativa findos no ano de 2011 das Justiças Federal e Estadual pode ser verificado no gráfico 3 a seguir. Observa-se que na Justiça Federal 21% das condenações foram proferidas em menos de dois anos, enquanto que na Justiça Estadual foram proferidas apenas 7% das condenações nesse período. Além disso, metade das condenações da Justiça Federal foi proferida em menos de cinco anos, enquanto que na Justiça Estadual demorou seis anos e meio.

Gráfico 3 – Percentual acumulada de condenações por improbidade administrativa em relação ao tempo médio de julgamento dos condenados por justiça.

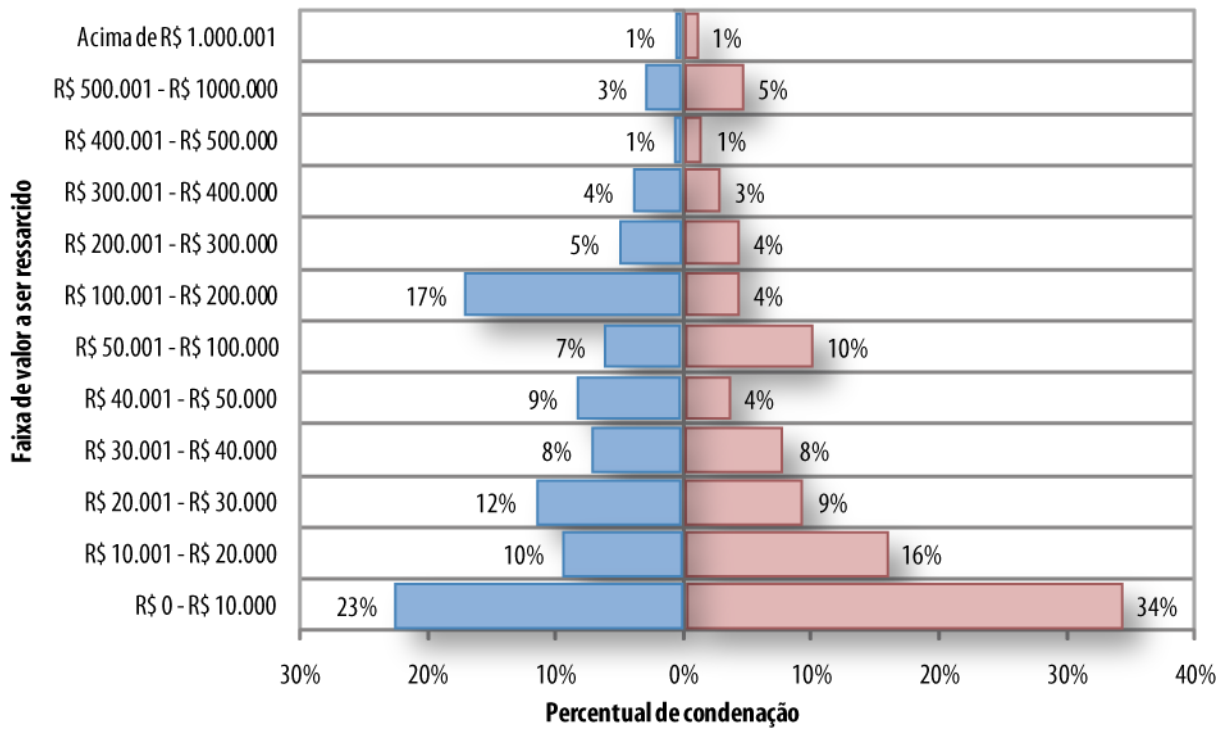


Fonte: Cadastro Nacional de Condenados por ato de Improbidade Administrativa – CNCIA / CNJ.

Dos 945 condenados por ato de improbidade administrativa no ano de 2011, 369 (39%) informaram o valor a ser restituído aos cofres públicos, totalizando aproximadamente 36 milhões de reais. Na Justiça Federal, 23% terão de devolver até R\$10.000,00 e 4% mais de 500 mil reais, enquanto que na Justiça Estadual, 34% devolverão até R\$10.000,00 e 6% mais de 500 mil de reais, conforme gráficos 5 e 6 abaixo.

As tabelas 7 e 8 mostram que o tempo médio de julgamento das condenações em que houve ressarcimento foi de 6 anos e 5 meses, enquanto que o tempo das demais foi de aproximadamente 6 anos. Os cargos/ funções com maior número de condenações são os de prefeito(a), vereador(a) e secretário(a) municipal/estadual.

Gráfico 4 – Percentual de condenações por improbidade administrativa em relação ao valor ressarcido por Justiça.



Fonte: Cadastro Nacional de Condenados por ato de Improbidade Administrativa – CNCIA / CNJ.

Tabela 7 – Total de condenações no ano de 2011 em que foi informado o valor a ressarcir o dano em relação ao valor médio a ser ressarcido e ao tempo médio de julgamento por cargo/função.

Cargo / Função	Condenação a ressarcir o dano		Média de valor a ser ressarcido por condenação	Tempo médio de julgamento dos
	Quantitativo	% do total de condenações		
Prefeito(a)	126	40%	109.957	5 anos e 10 meses
Sem descrição	118	36%	87.337	7 anos e 2 meses
Ex-Prefeito(a)	21	70%	89.482	6 anos e 3 meses
Vereador(a)	16	30%	10.766	6 anos e 4 meses
Secretário(a) Municipal/Estadual	11	31%	99.798	8 anos e 2 meses
Servidor Público	11	42%	56.862	5 anos e 2 meses
Cargo de Chefia (Gabinete, Compras, Licitação, Finanças, RH, Serviços)	9	41%	42.439	6 anos e 6 meses
Presidente (sem especificação)	9	69%	79.336	7 anos e 6 meses
Assessor(a) (Especial, Contábil, Finanças, Imprensa, Jurídico, Parlamentar)	8	73%	18.498	7 anos e 9 meses
Diretor(a)	6	43%	98.727	6 anos e 4 meses
Tesoureiro(a)	5	50%	282.838	6 anos e 10 meses
Bancário	5	56%	24.021	4 anos e 6 meses
Contador(a)	5	83%	381.055	8 anos e 9 meses
Vice-Prefeito(a)	3	43%	576.245	6 anos e 2 meses
Auxiliar (Administrativo, Operacional)	3	38%	105.803	5 anos e 9 meses
Técnico Penitenciário	2	100%	13.311	3 anos e 6 meses
Médico(a)	2	40%	6.097	5 anos e 11 meses
Militar	2	40%	8.142	5 anos e 3 meses
Atendente Comercial	1	50%	154.708	9 anos e 10 meses
Professor(a)	1	25%	2.166	7 anos e 4 meses
Ex-Vice-Prefeito(a)	1	100%	4.209	5 anos e 11 meses
Agentes (administrativo, fiscalização, vistoria)	1	33%	3.300	2 anos e 7 meses
Recepcionista	1	100%	637.734	9 anos e 10 meses
Pecuarista	1	100%	24.807	8 anos e 1 mês
Coordenador(a)	1	50%	580	4 anos e 7 meses
Total de condenação a ressarcir o dano	369	39%	97.939	6 anos e 6 meses

Fonte: Cadastro Nacional de Condenados por ato de Improbidade Administrativa – CNCIA / CNJ.

Tabela 8 – Total de condenações no ano de 2011 em que não foi informado o valor a ressarcir o dano em relação ao valor médio a ser ressarcido e ao tempo médio de julgamento por cargo/função.

Cargo / Função	Condenação sem ressarcimento		Tempo médio de julgamento dos condenados
	Quantitativo	% do total de condenações	
Sem descrição	209	64%	6 anos e 3 meses
Prefeito(a)	186	60%	5 anos e 11 meses
Vereador(a)	38	70%	7 anos e 1 mês
Secretário(a) Municipal/Estadual	25	69%	5 anos e 6 meses
Servidor Público	15	58%	4 anos e 7 meses
Cargo de Chefia (Gabinete, Compras, Licitação, Finanças, RH, Serviços)	13	59%	8 anos e 11 meses
Policial	11	100%	5 anos e 8 meses
Ex-Prefeito(a)	9	30%	4 anos e 3 meses
Diretor(a)	8	57%	5 anos e 3 meses
Auxiliar (Administrativo, Operacional)	5	63%	5 anos e 3 meses
Tesoureiro(a)	5	50%	6 anos e 4 meses
Presidente (sem especificação)	4	31%	6 anos e 3 meses
Bancário	4	44%	4 anos e 11 meses
Vice-Prefeito(a)	4	57%	4 anos e 4 meses
Procurador(a)	3	100%	5 anos e 11 meses
Médico(a)	3	60%	4 anos e 2 meses
Professor(a)	3	75%	2 anos e 7 meses
Assessor(a) (Especial, Contábil, Finanças, Imprensa, Jurídico, Parlamentar)	3	27%	6 anos e 8 meses
Militar	3	60%	6 anos e 5 meses

Tabela 8 - Continuação...

Cargo / Função	Condenação sem ressarcimento		Tempo médio de julgamento dos condenados
	Quantitativo	% do total de condenações	
Analista Ambiental	2	100%	7 anos e 11 meses
Terceirizado	2	100%	2 anos e 11 meses
Técnico em Serviços	2	100%	8 anos e 9 meses
Oficial de Justiça	2	100%	8 anos e 2 meses
Artífice de Mecânica	2	100%	3 anos e 8 meses
Agentes (administrativo, fiscalização, vistoria)	2	67%	7 anos e 11 meses
Auditor(a)	1	100%	3 anos e 10 meses
Contador(a)	1	17%	2 anos e 11 meses
Conselheiro(a) do CREA	1	100%	1 ano e 8 meses
Coordenador(a)	1	50%	6 anos
Atendente Comercial	1	50%	3 anos
Ex-Diretora Regional	1	100%	4 anos e 7 meses
Fiscal	1	100%	6 anos e 10 meses
Ex-Presidente	1	100%	2 anos e 5 meses
Escriturário	1	100%	7 anos e 11 meses
Conselheiro(a) Tutelar	1	100%	2 anos e 2 meses
Assistente Social	1	100%	1 ano e 9 meses
Primeira-Dama	1	100%	7 anos e 11 meses
Deputado(a) Estadual	1	100%	8 anos e 9 meses
Total de condenações sem ressarcimento	576	61%	6 anos

Fonte: Cadastro Nacional de Condenados por ato de Improbidade Administrativa – CNCIA / CNJ.

Observa-se a partir do gráfico 6, a seguir, que a maioria dos condenados por improbidade administrativa tanto pela Justiça Estadual (61%) quanto pela Federal (65%), foram enquadrados no artigo 11, atos que atentam contra os princípios da administração pública.

O gráfico 6 mostra que 4% dos condenados por improbidade administrativa infringiram os três artigos (enriquecimento ilícito, prejuízo ao erário e contra os princípios da administração pública), 12% foram enquadrados nos artigos 10 e 11, 5% nos artigos 9 e 11 e 1% nos artigos 9 e 10. Os demais 77% foram condenados em apenas um artigo, sendo a maioria no artigo 11.

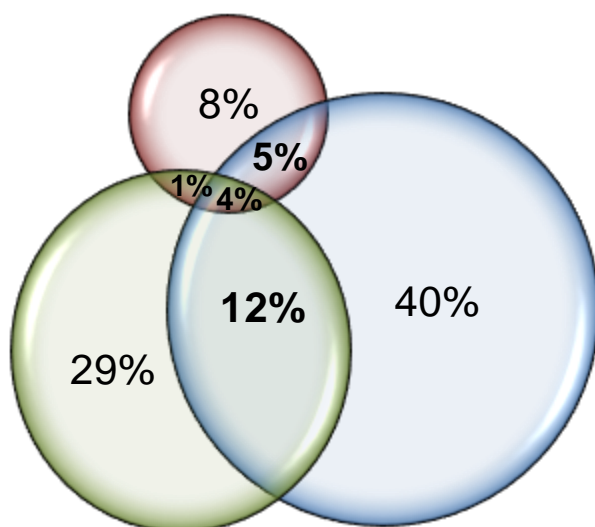
Gráfico 5 – Percentual de condenações por improbidade administrativa em relação ao artigo da condenação por Justiça.



- Artigo 9 - Atos que importam enriquecimento ilícito.
- Artigo 10 - Atos que causam prejuízo ao erário.
- Artigo 11 - Atos que atentam contra os princípios da administração pública.

Fonte: Cadastro Nacional de Condenados por ato de Improbidade Administrativa – CNCIA / CNJ.

Gráfico 6 – Percentual de condenações por improbidade administrativa em relação ao artigo da condenação.








- Artigo 9 - Atos que importam enriquecimento ilícito.
- Artigo 10 - Atos que causam prejuízo ao erário.
- Artigo 11 - Atos que atentam contra os princípios da administração pública.

Fonte: Cadastro Nacional de Condenados por ato de Improbidade Administrativa – CNCIA / CNJ.

4) CORRUPÇÃO, LAVAGEM DE DINHEIRO E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DO STF E STJ

Tabela 9 - Total de processos distribuídos, em tramitação e julgados pelo STF no ano de 2011 dos crimes de lavagem de dinheiro, corrupção e improbidade administrativa.

					
Assunto		Autuados/ Distribuídos	Julgados ⁴	Tramitação ⁵	Trânsito em Julgado/ Finalizados
Lavagem de Dinheiro ¹	Ações Penais	14	4	15	4
	Recursos	2	0	1	1
Crimes de Corrupção ²	Ações Penais	12	6	15	5
	Recursos	3	2	3	4
Improbidade Administrativa ³	Ações Penais	0	3	1	2
	Recursos	129	96	174	109

¹Assuntos: 3628.






²Assuntos: 3555; 5876; 3568; 10837.

³Assuntos: 10012; 10013; 10014.

⁴ Somente decisão final.




⁵ Para conseguir a quantidade de processos em tramitação em 31/12/2011, foi feita a seguinte equação: Estoque atual - Distribuídos/Autuados em 2012 + Finalizados em 2012.

Tabela 10 - Total de processos distribuídos, em tramitação e julgados pelo STJ no ano de 2011 dos crimes de lavagem de dinheiro, corrupção e improbidade administrativa.

				
Assunto	Autuados/ Distribuídos	Julgados	Tramitação	Trânsito em Julgado/ Finalizados
Lavagem de Dinheiro	1	0	0	0
Crimes de Corrupção	2	0	0	0
Crimes de Corrupção e Lavagem de Dinheiro	1	0	0	0
Improbidade Administrativa	0	0	4	1

5) AÇÕES PENAIS DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DOS TRIBUNAIS

Tabela 11 – Informações sobre ações penais de competência originária dos Tribunais.

		
Justiça / Tribunal	Ações penais e procedimentos penais de competência originária dos Tribunais, em razão do foro por prerrogativa de função, em tramitação em 31/12/2012	Decisões declarando prescrição em ações penais e procedimentos penais de competência originária dos Tribunais, em razão do foro por prerrogativa de função, entre 01/01/2010 a 31/12/2011 (2 anos)
STJ	190	6
TRF1	910	0
TRF2	15	nd
TRF3	29	1
TRF4	161	nd
TRF5	242	27
Justiça Federal	1.357	28
TJAC	22	0
TJAL	nd	nd
TJAM	124	nd
TJAP	40	1
TJBA	20.044	1.594
TJCE	458	11
TJDF	41	nd
TJES	20	2
TJGO	261	6
TJMA	30	12
TJMG	434	3
TJMS	4	nd
TJMT	164	nd
TJPA	129	1
TJPB	nd	nd
TJPE	0	0
TJPI	78	4
TJPR	nd	nd
TJRJ	104	0
TJRN	3.854	3.974
TJRO	70	0
TJRR	9	2
TJRS	nd	nd
TJSC	nd	nd
TJSE	21	1
TJSP	324	152
TJTO	28	0
Justiça Estadual	26.259	5.763
Total geral	27.806	5.797

Fonte: CNJ.

(*) nd – informação não disponível.